

*Proteste já: a veia política do CQC**

Thiago Cury Luiz[†]

Índice

Introdução	1
1 Entendendo <i>Política</i>	2
2 Sobre a atuação do Jornalismo Político	4
3 Quando o humor deságua no jornalismo: o quadro <i>Proteste já</i>	7
Considerações finais	15
Bibliografia	16

Resumo

Na Era da diversidade midiática e dos instrumentos que se exploram para extrair informações, os meios de comunicação mais tradicionais veem a necessidade de criar novos conteúdos para não perderem a atratividade. Nessa tendência enquadra-se o *CQC – Custe o que custar*, programa da TV Bandeirantes, e particularmente o quadro

*O presente artigo é parte extraída, adaptada e atualizada da Dissertação de Mestrado, defendida pelo autor em 09 de abril de 2010, sob o título *Jornalismo e humor no CQC: estudo de caso do quadro Proteste já*. A pesquisa concentrou-se na análise do programa e no estudo de caso do *Proteste já*, além de trazer à baila teorias e discussões sobre política, humor e jornalismo político. Para tal, foram escolhidas dez edições do quadro, levando-se em conta as temáticas mais recorrentes ao longo dos dois primeiros anos de transmissão do programa (2008 e 2009).

[†]Universidade do Estado de Mato Grosso

Proteste já, que buscam aliar materiais de interesse público à técnica do humor. A partir da análise teórica da política, do humor e do jornalismo político, torna-se mais viável a compreensão do nosso objeto de estudo.

Palavras-chave: CQC, Proteste já, humor, jornalismo político.

Introdução

A busca pela informação diferenciada acentua a concorrência entre os veículos de comunicação. O diferencial passa a ser o elemento-chave na busca pela audiência e sobrevivência no mercado jornalístico. Se levarmos em conta que a temática *política* adquire abordagens em todos os meios comunicacionais, torna-se preponderante apresentar ao público um tratamento alternativo sobre a notícia, para transformá-la, também de modo diferente, em informação.

Em março de 2008, partindo de um modelo já existente na Argentina, surge o *CQC – Custe o que custar*, programa transmitido pela TV Bandeirantes, às segundas-feiras, a partir das 22h15min (atualmente, o início da atração se dá às 22h40min). Aliando jornalismo e entretenimento, a atração foge das coberturas convencionais, ao optar por pautas menos tradicionais, embora focando os personagens de sempre: políticos, esportistas, celebridades e sociedade em geral.

Para ilustrar tal vertente, citamos a cobertura política desenvolvida pelo CQC. Por intermédio do quadro *Proteste já*, o programa trabalha com a equação *problemáticas sociais e interesse público*, exercendo o papel de mediador entre o fato, as instâncias públicas e o cidadão, levando a este as pendências e dando voz aos atores envolvidos.

Este artigo irá se debruçar sobre o programa, delimitando o quadro *Proteste já* como seu objeto de estudo e tendo como foco os primeiros anos de exibição (2008 e 2009). Para tanto, escolhemos as onze temáticas, presentes em dez edições¹, que mais foram abordadas por Rafinha Bastos, até então membro do programa e titular do quadro de denúncias. Os temas são: saúde, economia, transporte, cidadania, política, educação, habitação, meio ambiente, saneamento básico, prestação de serviços e cultura.

1 Entendendo Política

A palavra *política* procede do termo *pólis*, que, na Grécia Antiga, representava as Cidades-Estado. Para Aristóteles (2007: 56),

toda cidade é um tipo de associação, e toda associação é estabelecida tendo em vista algum bem (pois os homens sempre agem visando a algo que consideram ser

¹Os quadros do *Proteste já* analisados foram transmitidos nas seguintes edições do CQC: Programa 11 (26/05/2008); Programa 12 (02/06/2008); Programa 14 (16/06/2008); Programa 19 (21/07/2008); Programa 24 (25/08/2008); Programa 32 (20/10/2008); Programa 35 (10/11/2008); Programa 62 (20/07/2009); Programa 76 (25/10/2009); Programa 80 (23/11/2009).

um bem); por conseguinte, a sociedade política [pólis], a mais alta dentre todas as associações, a que abarca todas as outras, tem em vista a maior vantagem possível, o bem mais alto dentre todos.

Esta ciência, por ser de relevância para o bom convívio dos cidadãos, ganhou nas eras que se sucederam abordagens e estudos, partindo dos filósofos gregos. Ainda que atualizações sejam necessárias, em vista do intervalo de tempo que separa a Antiguidade da época Contemporânea, é necessário buscar embasamento nas definições deixadas há mais de dois mil anos. Sendo assim, ao trazer o legado constituído por teóricos que se dedicaram aos estudos sobre política, cultivava-se uma aproximação maior ao significado dessa ciência.

Nessa vertente, Magalhães (2003: 15) propõe que esta

indica tratar-se, portanto, de uma atividade humana relacionada ao exercício da vida pública e das funções decisórias que dizem respeito ao interesse coletivo[...]. Nesse sentido, era a aposta ao oikos, o reduto do lar e da família, onde se desenrolava a atividade produtiva/reprodutiva do cidadão.

No entanto, a política não faria sentido sem a presença do cidadão. Seja definindo seus representantes, seja exigindo destes medidas que lhe trarão benefícios. Quando Bastos, ou qualquer outro repórter do CQC, ironiza ou satiriza um desleixo político, chama a atenção popular para o seu direito e dever. Direito de receber serviços de

qualidade, de ver formulados leis e projetos que lhe darão respaldo, e o dever de vigiar o representante, punindo-o ou exigindo do mesmo, caso não se tenha o retorno vislumbrado.

O que se espera de tal âmbito é que os anseios sociais se vejam representados e realizados. Não basta que o cidadão, a cada dois anos, dirija-se a uma urna e confirme seu voto em candidato A ou B. Isso se constitui porque o ser político não é ou está individualizado. Sua força emana das relações indissociáveis que se conceberam à medida que a civilização conquistou suas evoluções.

Na prática [...] não é possível considerar o indivíduo como separado da sociedade na qual ele ou ela vive. O indivíduo não funciona exceto no contexto da sociedade; a sociedade não existe externamente aos indivíduos que nela estão (Fischer, 1984: 61).

Quando o *Proteste já* aborda a irregularidade com irreverência, faz a tentativa de levar ao telespectador o assunto imprescindível aliado ao humor. É uma possibilidade de tornar viável o engajamento do cidadão às pertinências do seu papel. De fato, o quadro não tem a incumbência de moralizar, mas contribuir para o aperfeiçoamento de serviços mal prestados, e a mobilização da sociedade com fiscalização e denúncia é pressuposto de todas as esferas de natureza pública, como a comunicação.

Assim como o ser político, o governante possui o seu papel no interior do processo político. Se o povo vai às urnas é para eleger aquele que o representará durante um mandato de quatro ou oito anos. E esse

cidadão – que além de cidadão passa a ser governante – terá a responsabilidade de desenvolver seu trabalho em prol dos anseios sociais, vontades estas que permitiram ao candidato tomar a posição de estadista ou legislador de forma momentânea.

Há duas formas de exercer política. Pode-se viver ‘para’ a política ou pode-se viver ‘da’ política. Nada há de exclusivo nessa dualidade. Até ao contrário, geralmente se faz uma e outra coisa simultaneamente, tanto na idealidade quanto na prática. Quem vive ‘para’ a política a transforma, no sentido mais profundo do termo, em ‘objetivo de sua vida’, seja porque encontra forma de gozo na simples posse do poder, seja porque o exercício dessa atividade lhe permite achar equilíbrio interno e exprimir valor pessoal, colocando-se a serviço de uma ‘causa’ que dá significação à sua vida [...]. Portanto, assenta-se nossa distinção num aspecto extremamente importante da condição do homem político, que é o aspecto econômico. Do que vê na política uma permanente fonte de rendas, diremos que ‘vive da política’ e diremos, no caso contrário que vive ‘para a política’ (Weber, 2006: 68).

Bobbio (2000: 204), apropriando-se de uma das ideias colocadas por Weber, apresenta como um erro visar, em primeiro lugar, o benefício econômico. São posturas incompatíveis: ambicionar a recompensa financeira do cargo público e comprometer-se

às realizações sociais enquanto representante maior do governo constituído.

[...] Pecado mortal de qualquer homem político, e da vaidade, ou seja, da necessidade de colocar em primeiro lugar, em máxima evidência, a própria pessoa. Quando lhe falta uma causa assim concreta, o político corre o risco de continuamente confundir a prestigiosa aparência do poder com o poder real, e quando lhe falta o senso de responsabilidade, arrisca-se a gozar do poder simplesmente por amor à potência, sem lhe dar um objetivo por conteúdo.

É um exercício corriqueiro dos integrantes do *Custe o que custar* abordar políticos que não seguem à risca o seu ofício. Especificamente no *Proteste já*, vereadores, prefeitos e secretários, representantes do povo no âmbito político, são questionados sobre o que é de interesse público e veem no humor um intimidador, o elemento que enfatiza a crítica.

2 Sobre a atuação do Jornalismo Político

Principiemos esta seção com aquele que inaugurou as pesquisas em comunicação no Brasil. O conceito de Luiz Beltrão (2006: 31), acerca do jornalismo, é pertinente para introduzir a análise do *jornalismo político* deste estudo.

O jornalismo tem três finalidades essenciais: 1º) informar, orientar e entreter o leitor. Este visa:

informar-se do novo, do imprevisível, do original e, através dele ou por causa dele, recordar-se do passado, do já sabido, do quase perdido nos arcanos da memória; 2º) receber uma mensagem de advertência ou orientação, isto é, orientar-se para o futuro, para a ação; 3º) entreter-se, descansar das preocupações no humor, na ficção, na poesia, nas belas letras, na arte. Daí a extensão do campo jornalístico a todos os quadrantes da atividade humana a todos os seres, às coisas, à natureza, a todos os domínios da inteligência e da sensibilidade.

Clóvis Rossi oferece uma definição mais sintética de *imprensa*. Afirmo Rossi (1994: 7) que “jornalismo, independentemente de qualquer definição acadêmica, é uma fascinante batalha pela conquista das mentes e corações de seus alvos: leitores, telespectadores ou ouvintes. Uma batalha geralmente sutil e que usa uma arma de aparência extremamente inofensiva: a palavra, acrescida, no caso da televisão, de imagens”.

Pelo fato de se tratar do campo mais relevante entre poder público e sociedade, a política merece tratamento especial. Não é à toa que as mídias impressas e eletrônicas destinam a maior parte de seus conteúdos ao noticiário político. Dos materiais jornalísticos produzidos diária ou semanalmente, os do campo político aparecem em maior quantidade. E todas as produções de imprensa, seja na política ou em qualquer outro âmbito, estão encarregadas de transmitir a verdade dos fatos. Isso se traduz em interes-

se público e relevância da informação à sociedade (Bucci, 2006).

Em política, o jornalismo tem abertura para atuar como um fiscal do que ocorre na esfera pública e abrir ao destinatário aquilo que é de seu interesse.

A imprensa é identificada como um baluarte da vigilância democrática e da resistência aos abusos dos governos autoritários. Ela é tomada, por delegação implícita da sociedade, como instrumento de defesa popular contra as injustiças, ilegalidades e ilegitimidades. A imprensa seria o instrumento de desconfiança e de cobertura pública, para impedir que a política seja apenas uma ação em defesa de interesses particulares, contrários aos interesses gerais da sociedade, principalmente nas complexas sociedades contemporâneas, onde as pessoas comuns se sentem distantes e impotentes para exercer os seus direitos de cidadãos. Se ela de fato exerce democraticamente esse quarto poder, representando todos os grupos sociais, é uma questão que só o exame de cada circunstância pode responder (Motta, 2002: 14-15).

Ainda enveredando pela função do jornalismo, para sintetizar as ideias colocadas por Luiz Gonzaga Motta (2002), em *Informação e poder*, Nelson Traquina, estudioso da área comunicacional, prevê que o contexto democrático permite ao jornalismo três fatores necessários ao pleno desempenho do

mesmo. Dentre eles, Traquina aponta para o fato de que a imprensa serve como um protetor para o cidadão. Eis a colocação do autor (2006: 138).

Nelson Traquina, autor de diversos estudos importantes sobre o jornalismo contemporâneo, lembra que a teoria democrática prevê três grandes papéis para o jornalismo: 1) o jornalismo deve dar aos cidadãos as informações que são úteis, que são necessárias para que eles possam cumprir os seus papéis de pessoas interessadas na vida social e na 'governança' do país; 2) o jornalismo deve ser o espaço do contraditório e da pluralidade de opiniões, ser uma espécie de mercado de ideias; 3) o jornalismo tem o papel de ser o *watchdog* (cão de guarda) da sociedade, proteger os cidadãos contra os abusos do poder.

Da mesma forma, o viés humorístico do jornalismo do CQC não permite que ele se distancie dos preceitos éticos, necessários em qualquer atividade profissional. O humor abre espaço para um discurso mais informal, não significando menos apuração e critério na composição do material. Enquanto um quadro em que se insere jornalismo, o *Proteste já* é imprensa e o humorismo serve para complementar as suas investidas.

Naturalmente, tratando-se de *jornalismo político*, o profissional da imprensa terá convívio quase que diário com o representante e com os assuntos relativos aos desdobramentos políticos do país. É quando a atuação da

imprensa pode misturar-se ao quebra-cabeça político e colocar em xeque o trabalho do profissional. Se a credibilidade é fomentada pelas abordagens de interesse público e a relevância que os fatos apresentam, qualquer movimentação que fuja a isso é prejudicial ao jornalismo e, acima de tudo, à sociedade.

Políticos profissionais e jornalistas interagem promiscuamente, atuando uns para os outros: mais que legislar, deputados ‘atuam para’ a imprensa numa performance midiática pós-moderna, enquanto os jornalistas profissionais cultivam interesseiras intimidades com os seus políticos preferidos para obter as informações de bastidores, rezando todos juntos na ‘gramática da comunicação’ (Motta, 2002: 20).

Se por um lado o jornalista especializado pode se aproximar do político de maneira a prejudicar o trabalho do repórter, há a outra ponta dessa atuação: a tentativa de ser isento e objetivo, embora isenção e objetividade sejam ideias, e não práticas. Ter apenas o fato como mote de sua atuação atrelado à negação às informações periféricas tende a levantar empecilhos ante a apuração.

Para tratar corretamente o fato, o repórter não deve se contentar apenas com o factual. Precisa entender também o contexto em que se deu o fato. Para isso, tem de acumular aquilo que, no jargão profissional, chama-se de background information – ou “informação de fundo”. Trata-se de um nível de

informação que não entra necessariamente na notícia, mas permite ao profissional entender o alcance e a limitação do fato que é notícia e, em alguns casos, captar seus possíveis desdobramentos (Martins, 2005: 61).

Falamos, aqui, de análise. A necessidade de se possuir profundo conhecimento do que aborda – e, em política, especialização e criticidade só vêm a agregar – mostra-se imprescindível ao desdobramento jornalístico.

Talvez mais do que qualquer outra atividade profissional, o jornalismo exige das pessoas que lidam diariamente com a coleta e a seleção de informações um tipo de conhecimento horizontal e multifacetado, que dê condições ao repórter, editor ou redator de avaliar de avaliar a qualidade e a veracidade do acontecimento, antes de decidir pela sua divulgação. Isso não impede, claro, que o profissional de comunicação se especialize em determinada área e aprofunde conhecimentos específicos. Entretanto, quando o assunto é jornalismo político a especialização requer menos um saber técnico – ao contrário, por exemplo, de jornalismo econômico – e mais um saber plural – o que envolve obrigatoriamente conhecer a história do país (Seabra, 2006: 111).

Como em *Cidadão Kane*², os papéis de político e jornalista perpassam uma linha tênue. Por serem indissociáveis historicamente, inclusive no caso brasileiro, as ferramentas usadas em prol das delimitações entre notícia e política podem garantir o bom funcionamento da imprensa.

3 Quando o humor deságua no jornalismo: o quadro *Proteste já*

É possível fazer um estudo sobre humor, partindo do sentido etimológico do termo. Ao se compreender o significado da palavra, tem-se uma possibilidade melhor de entendimento. Como foi feito com *política*, ao ramificar *humor* as conceituações posteriores se mostram mais claras.

A palavra humor derivou para nós do latim, naturalmente, e com o sentido material que tinha de corpo fluído, licor, umidade ou vapor, e com o sentido também de fantasia, capricho ou vigor. [...] Aqui humor não tem, evidentemente, sentido material, pois sabemos que, desde os tempos mais antigos, todo humor corporal era considerado signo ou causa de doença (Pirandello, 1996: 19).

Na definição de Luigi Pirandello (1996: 19) nota-se a força de atuação do humor.

²Produzido nos Estados Unidos, em 1941, *Citizen Kane* teve como diretor e ator principal Orson Wells, que representou um jornalista que confundiu a sua atuação com o desejo de se tornar político. Perdeu-se a partir da derrocada provocada pela confusão entre as duas instâncias.

Aparentemente frágil, por representar momentos de descontração e suposto descompromisso, o humor mais ácido e crítico vem com a função de proporcionar o oposto às aparências. O cômico vem para quebrar algo pré-estabelecido. Ao contrário do que aparenta, o humor não se presta apenas a reproduzir o que é vigente. Ele cria e renova.

A obra organizada por Sérgio Milliet, intitulada *Obras-primas do conto humorístico*, oferece uma abordagem sobre o termo *humor*. Nesse embalo, vale destacar o princípio da palavra e seus desdobramentos em outros idiomas. Dentro de um contexto inglês, o humor adquiriu status nobre em seu começo, já que se fortaleceu em ambiente aristocrático. Para o autor (1963: 9-10),

Nada mais difícil do que definir o 'humour'. Confundem-no alguns com o espírito, a graça, o chiste, a própria farsa. Na verdade, o 'humour' é uma maneira de ser tipicamente inglesa, que não encontra paralelo nos latinos. E que talvez consista apenas em rir à custa dos outros. Entretanto, o adjetivo humorístico já adquiriu em português outro sentido menos restrito, o de cômico, engraçado, espirituoso, e é nesse sentido que o aceitamos aqui [...]. Na realidade, o humor nada tem de plebeu: é antes burguês, assinalando a emancipação espiritual renascentista em luta contra os preconceitos e limitações dos nobres feudais e dos príncipes da igreja. É uma revolta do bom senso contra a divagação, do realismo contra o sonho.

Ao estudar o humorismo, Pirandello determinou também a quebra, a ruptura provocada pelo humor em suas iniciativas. O riso provocado pelo cômico é capaz de desnortear o seu alvo. Há o realce de um defeito por meio do humor. Este, por sua vez, coloca em evidência uma falha grotesca, e, na medida em que existe a irreverência sobre o equívoco, surge o protesto e a contestação através da reação popular, que ridiculariza aquilo que a ofende. “O humorismo, como veremos, pelo seu íntimo, especioso e essencial processo, inevitavelmente descompõe, desordena e discorda” (Pirandello, 1996: 51).

Além de todas essas apreciações, é pertinente mencionar que o riso é um dom humano. Ou seja, só o homem ri, só o homem faz rir. Mas há animais que nos provocam riso ou situações que produzem o mesmo efeito. Que justificativa produzir, se esses dois contextos fogem daquilo que propusemos anteriormente? Se um bicho nos é engraçado, é porque ele remete a alguma condição humana. Rimos dos feitos de um macaco porque anatomicamente ele lembra as formas humanas. Seus movimentos braçais e faciais podem se assemelhar aos nossos.

Se a exclusividade do riso pertence ao homem, segundo afirmou Aristóteles, seus antecessores não davam a mesma importância à afinidade do homem com o humor. Para Platão, o humor era incompatível com a filosofia, por esta privilegiar a seriedade, a sobriedade, e por isso não deveria merecer atenção por parte de nenhum pensador. De acordo com a visão platônica, Sócrates também não tinha posição favorável ao riso, embora seja comum afirmar que esta foi uma imagem criada pelo próprio Platão, no sen-

tido de autenticar e tornar autorizado um posicionamento próprio (Geier, 2011).

Controvérsias à parte no princípio da história da filosofia do humor, fiquemos com Aristóteles, que empreendeu mais discípulos do que seus dois antecessores. Sendo assim, notamos que o riso é eminentemente humano. E se é pertinente à nossa espécie, deve partir dela e retornar a ela. Temos, portanto, a função social como premissa do humor, assim como ocorre com o jornalismo. É incoerente pensar em um fundamento da humanidade que não lhe traga benefícios mais amplos. Na medida em que o riso é propiciado, é necessário inculcar-lhe um fundo crítico, que sirva de alerta a qualquer falha pública. Do contrário, o papel exercido pelo humor será, apenas, de entretenimento.

O riso deve ser alguma coisa desse tipo, uma espécie de gesto social. Pelo medo que inspira, o riso reprime as excentricidades, mantém constantemente vigilantes e em contato recíproco certas atividades de ordem acessória que correriam o risco de isolar-se e adormecer, flexibiliza enfim tudo o que pode restar de rigidez mecânica na superfície do corpo social. O riso, portanto, não é da alçada da estética pura, pois persegue (de modo inconsciente e até imoral em muitos casos particulares) um objetivo útil de aperfeiçoamento geral. (Bergson, 2007: 15).

Embora o riso seja uma faculdade exclusivamente humana, houve épocas em que aquele fora reprimido. Ele era tido como

um desafiador da fé. Aquele que ria, não sentia medo. Quem não sente medo, não teme a Deus. A obra de Umberto Eco, *O nome da rosa*³, relata o referido momento histórico. Monges da ordem beneditina não admitiam o riso. Em contrapartida, os franciscanos, respaldados em filósofos do porte de Aristóteles e Tomás de Aquino, não se opunham a essa peculiaridade do homem.

Não deveria surpreender que um grupo social que tentava manter o controle sobre todos os tipos de expressão física, como comer, dormir e a sexualidade, também se opusesse ao riso. Desfrutar livremente o humor e o riso é a marca de uma comunidade tranqüila, aberta, não de uma ideologia ascética ou de uma sociedade tensa. [...] Além dessa herança do fim da Antigüidade, Tomás de Aquino retomaria as ideias de Aristóteles sobre a eutrapelia e as interpretaria como um argumento pelo riso contido, argumento esse seguido por Pascal. E assim o eco do riso antigo seria ouvido, embora com moderação, durante muitos séculos. O riso, na forma

³O filme *O nome da rosa* (1986), dirigido por Jean Jacques Annaud e baseado na obra literária homônima de Umberto Eco (1980), traz à tona a oposição entre os beneditinos conservadores (dogmas religiosos) e os franciscanos libertários (filosofia clássica). Em questão está o esforço de parte considerável da Igreja Católica em censurar a busca por conhecimento e a liberdade de crenças, por meio de homicídios e da Inquisição. A suposta alegação feita por um monge beneditino, em relação ao cunho herege da *Comédia*, de Aristóteles, é de que o riso seria um pecado, na medida em que quem ri perde o temor a Deus.

hilaris, se torna um atributo de São Francisco de Assis e uma das manifestações de sua santidade. Francisco fala a seus irmãos: ‘Nas atribulações, na presença daqueles que o atormentam, permaneçam sempre ‘hilari vultu’. O riso realmente se torna uma forma de espiritualidade e comportamento (Bremmer, 2000: 43-44, 80).

É possível que esta tendência dos beneditinos seja motivada por uma dúvida que paira entre os cristãos. O fato de Jesus Cristo possivelmente nunca ter rido incentiva alguns grupos cristãos a aderirem à ideia de que o riso é um pecado. A Bíblia não registra explicitamente que Jesus tenha rido em algum momento. No entanto, não há registros de que tal ação seja desprezível. Normalmente, criam-se convenções para justificar a existência de diferentes grupos, ideologias, interesses.

Se Jesus nunca riu não significa instituir que o riso seja profano. E mais: isso não está registrado na Bíblia, mas pode ter acontecido. Por ser um ato tão natural, espontâneo, não haveria motivos para descrever e narrar uma situação em que Jesus havia achado graça de algo. É digno de registro o que foge à nossa compreensão, à normalidade da nossa existência.

[...] O homo risibilis [...] não é, obviamente, ‘o homem ridículo’ ou ‘o homem de quem se ri’, mas ‘o homem dotado do riso’, o homem cuja característica mais marcante é o riso. [...] Pois se Jesus, o grande modelo para a humanidade,

que será cada vez mais apontado como o que deve ser imitado, não riria sequer uma vez em sua vida humana, então o riso como se torna estranho ao homem, pelo menos a um homem cristão. Por outro lado, se considerarmos o riso um traço distintivo do homem, o homem que ri certamente se sentirá mais capaz de expressar a sua própria natureza. Durante a primeira fase, a Igreja, diante de um fenômeno que considera perigoso e realmente não sabe controlar, rejeita-o totalmente. [...] Mais tarde, por volta do século XII, ela consegue submeter o fenômeno ao seu controle, distinguindo o riso bom do ruim, os modos admissíveis de rir dos inadmissíveis (Le Goff, 2000: 69-70).

Em contrapartida, na própria Bíblia, em seu livro inicial, está registrada uma menção ao riso. A situação descrita fora marcada pelo cômico e o nascimento de um ser, o fim divino do amor, foi batizado Isaac (Riso). Se Jesus não riu, o que não se saberá nunca com total certeza, no marco principiante do 'Livro dos livros' é feita referência ao riso de maneira aprazível e nada ofensivo.

Observemos os capítulos do Gênesis (17 e 18) nos quais o nascimento de Isaac é anunciado. É uma preciosidade cômica. Um dia Jeová aparece a Abraão, como fazia com frequência, e lhe diz: 'Serás pai'. Abraão: 'será que um centenário vai ter um filho e que, aos 90 anos, Sara vai dar

à luz?'. Abraão mantém-se em silêncio, mas tem suas considerações. Algum tempo depois Jeová aparece a Sara e lhe diz: 'Será mãe'. Sara abertamente põe-se a rir. No ano seguinte o evento acontece. Uma criança nasce para Sara e Abraão, que é então chamada 'riso', Isaac. A confusa Sara diz a Jeová que ela, na verdade, não rira durante a predição. Jeová finge acreditar mas finalmente diz: 'Sim, tu riste' (Le Goff, 2000: 76).

Tendo o riso uma atuação social, como já dissemos, é natural que ele alerte o indivíduo acerca de alguma deficiência gritante ou latente. Mas o impacto deve servir para colocar em ordem o elemento que destoa da normalidade necessária. Quando o *Proteste já* entra em cena, é com esse intuito que ele se realiza. Ele informa, faz humor e provoca no público o riso. Um riso que é sempre dado sobre uma falta política, um erro cultural, um desvio social. O que se torna risível é o que necessita reparos. E a graça deve despertar no público a carência por melhoras. Eis o seu papel público.

Um dos artifícios irônicos mais eficazes localizados no nosso objeto é a realização de uma pergunta quando já se sabe a resposta. O primeiro a propor este método foi Sócrates. Em seus diálogos reproduzidos por Platão, o filósofo indagava Adimanto mesmo sabendo qual a resposta correta. Eis a ironia de quem tinha ciência dos resultados e seu colega, por dedução, tomava o caminho correto.

No quadro *Proteste já*, o entrevistador busca seguir, mesmo que em alguns momentos, um traçado idêntico. Por ter con-

versado com a população e estar a par dos problemas que acometem os cidadãos locais, o repórter (Rafinha Bastos, Danilo Gentili, Oscar Filho) vai ao encontro do político ou do servidor público certo das deficiências de que seu entrevistado é responsável. As perguntas feitas pelo repórter são irônicas, na medida em que o telespectador sabe as respostas e sabe que o jornalista tem poder sobre as mesmas. Qualquer desvio por parte do entrevistado provocará riso em quem assiste. Segundo Bastos, em entrevista ao autor, o artifício é usado para se precaver de uma recusa do entrevistado em responder.

O irônico só encontra espaço por causa da alternância de reações e comportamentos. Se todos tivessem a mesma postura irônica, a ironia não seria uma ‘arma’. Seria a configuração da normalidade. Ela tem seu lugar garantido, pois há o artista que sabe desenvolver-se enquanto irônico. E há o indivíduo que se perturba quando a artimanha do humorista o tem como alvo. Nesta delimitação de papéis, tem-se a atuação da ironia envolvendo preceptor e alvo.

Todavia, não podemos estabelecer a importância de ser irônico sem ao mesmo estabelecer a importância de ser sério. Os ovos de ouro da ironia não poderiam ser postos com tanta abundância se não tivéssemos gansas em profusão. Assim como o ceticismo pressupõe credulidade, a ironia precisa de ‘alazonia’, que é o vocábulo grego para fanfarronice; mas, em obras sobre ironia, é o termo reduzido para qualquer forma de autoconfiança ou ingenuidade. [...] Isto sugere que a ironia tem básica-

mente uma função corretiva. É como um giroscópio que mantém a vida num curso equilibrado ou reto, restaurando o equilíbrio quando a vida está sendo levada muito a sério, ou como mostram algumas tragédias, não está sendo levada a sério o bastante, estabilizando o instável, mas também desestabilizando o excessivamente estável (Muecke, 1995: 19).

Por outro lado, a sátira vem com o intuito de apontar para aquilo que não ‘anda’ corretamente. Mas ela não possui o poder de ajustar os desalinhamentos. Não tem a capacidade nem a incumbência de consertar o mau funcionamento de algum serviço, ou corrigir a atitude equivocada de um político. Ela tem, sim, a oportunidade de abrir espaço para que a irregularidade seja vista. A partir da atuação da sátira, dando visibilidade às falhas, é que o público, o cidadão, toma ou não as atitudes cabíveis diante dos problemas que o acometem.

Diante disso, é importante mencionar que “a sátira é uma zombaria dirigida ao objeto que se repreende ou se reprova e que nos é estranho. Recusamo-nos a ter algo em comum com o objeto dessa reprovação; opomo-nos a ele rudemente e, por conseguinte, desfazemo-lo sem simpatia nem compaixão” (Jolles, 1976: 211)

Quando Rafinha Bastos desenvolve o seu *Proteste já*, a ideia é essa. Ele não vai para solucionar o problema na prática. Mas põe o servidor político em uma situação de tomada de atitude mais eficaz. Ele se vê pressionado indiretamente pelo povo através da sátira produzida pelo jornalista, e vai em busca de resultados que satisfaçam a popu-

lação. Tudo isso, para não mais se ver em condição perigosa, de reprovação popular, o que pode lhe causar a perda de apoio social e político.

A função da sátira é denunciar os vícios da sociedade, e isso não precisa ser seguido necessariamente de comicidade. Além do mais, alerta Propp, seu propósito é denunciar e não curar ou corrigir os erros, pois, se assim fosse, seria fácil curar o alcoolismo ou a marginalidade, fazendo as pessoas assistirem a um espetáculo satírico. Seu significado está em mobilizar aqueles que ficam indiferentes diante dos vícios, criando uma reação para não compactuar com o que vem sendo satirizado (Almeida, 2001: 35).

Sobre isso, em entrevista ao autor em 07/10/2008, Bastos afirma que

o objetivo do *Proteste já* é motivar as pessoas a buscarem os seus direitos, a lutarem pelo que é seu. Ele não tem o objetivo de solucionar problemas. Eventualmente, isso acontece, mas a ideia é incentivar as pessoas a tomarem decisões e fazer as autoridades aceitarem a população.

Nesse sentido, se há dúvidas quanto à fração jornalística do *Proteste já*, a análise de Nilson Lage (2008: 116) demonstra que o quadro segue os prognósticos de um material (reportagem) jornalístico.

Com exceção dos resultados eleitorais ou de votações, a reportagem estritamente política baseia-se em entrevistas, com ou sem identificação dos entrevistados. Essas entrevistas tratam de processos políticos em si (denúncias, sempre abundantes e que se amíudam em tempos de crise ou perto de eleições; a organização de partidos; a constituição e o funcionamento de comissões parlamentares etc.) ou refletem questões não estritamente políticas, tais como problemas de saúde pública, aspectos da administração, da economia etc. O nível da análise admitido consiste em contextualizar declarações e os fatos a que se reportam.

Se a informação jornalística é o espaço privilegiado da reportagem especializada, e, sendo assim, uma peculiaridade dela é destinar-se a públicos mais ou menos heterogêneos (Lage, 2008: 113), a espécie de trabalho que é desenvolvida no *Proteste já* diz respeito ao jornalismo especializado em política, lembrando que

[...] um repórter de política nacional, por exemplo, não precisa ser um cientista político (e, se for, usará em seu trabalho muito pouco da ciência política que aprendeu), mas deve dispor do máximo de informações sobre a história recente, a organização do Estado e natureza dos fatos políticos (Lage, 2008: 111-112).

Se a função do jornalismo é dar visibilidade a assuntos de relevância social, o humor é um instrumento que pode sofisticar e arrebatrar a denúncia. O humorismo não é útil, apenas, para produzir no público uma sensação de relaxamento ou de êxtase após gargalhar. Serve para despertar, sob uma vertente alternativa, o interesse do público sobre uma pendência social, política ou cultural. Por natureza, o humor atrai o espectador, seja na TV, no cinema, no teatro ou no material impresso. Atrelado ao jornalismo, o humorismo traduz a sua função social em entretenimento e conscientização.

Em seu estudo sobre o chiste, Sigmund Freud (1996: 104) analisa o potencial desse instrumento contra “autoridades”.

A prevenção das invectivas ou das réplicas insultuosas por circunstâncias é um caso tão comum que os chistes tendenciosos são especialmente utilizados para possibilitar a agressividade ou a crítica contra pessoas em posições elevadas, que reivindicam o exercício da autoridade. O chiste assim representa uma rebelião contra tal autoridade, uma liberação de sua pressão.

Se tentarmos entender a relação entre jornalismo e humor, do ponto de vista histórico, no Brasil ela aconteceu com maior força no Regime Militar. A ideia dessa junção era fazer oposição ao governo vigente. Esse cenário será visto mais detalhadamente adiante. Por hora, é interessante contextualizar historicamente essa imprensa de oposição.

Os humoristas d’**Pasquim** não praticavam o humor diversionista,

ou como forma de reintegração do indivíduo no sistema. Era um humor fortemente centrado na denúncia da coerção e da violação dos direitos humanos. Assim como a charge norte-americana atingiu seu apogeu durante as guerras mundiais, depreciando o inimigo, ao mesmo tempo em que oferecia alívio às famílias dos soldados, o humorismo pasquiniano sob a ditadura agredia o aparelho dominador com ironia funda, e trazia alívio ao campo oprimido [...]. Por isso, nesse humor não havia campo para ironizar as oposições, sendo raros os que o faziam. As oposições eram a platéia do jogo coletivo e não seu objeto. Sua agressividade, suas incursões no inconsciente do opressor, a desmoralização do imaginário repressivo, tudo isso gerava uma profunda irritação no aparelho militar. Ao mesmo tempo em que o desprezo pelo objeto, intrínseco à caricatura e à charge, era capitado e compartilhado pela intelectualidade, no estamento militar gerava uma reação de ódio inconsciente (Kucinski, 2003: 220).

Em meio a essas análises está a resultante de todos os elementos: a informação. Se de um lado tem-se o jornalismo e a sua característica mais marcante, que é a de tornar público o que é de interesse de um grande número de indivíduos, de outro há o humor e todas as suas variantes: ironia, sátira, sarcasmo, entre outros. Foi mostrado que a união de um com o outro pode produzir

resultados positivos, em um trabalho considerado de alto nível e que é apreciado pelo público, o que, em um processo comunicacional, tem a sua relevância.

Com todas essas abordagens e instrumentos, o objetivo do programa, por intermédio do quadro, é fugir do comum, do visivelmente batido nos telejornais. Ao se utilizar o humor, sai da reprodução textual e discursiva dos jornais audiovisuais diários e semanais. Além disso, a irreverência não impede que haja posicionamento, mas o apontamento desregrado a uma determinada posição, como é possível visualizar nos telejornais mais opinativos, cede espaço às interpretações.

Nossos apresentadores de jornais televisivos, nossos animadores de debates, nossos comentaristas esportivos tornaram-se pequenos diretores de consciência que se fazem, sem ter de forçar muito, os porta-vozes de uma moral tipicamente pequeno-burguesa, que dizem ‘o que se deve pensar’ sobre o que chamam de ‘os problemas de sociedade’, as agressões nos subúrbios ou a violência na escola. A mesma coisa é verdade no domínio da arte e da literatura: o mais conhecidos dos programas ditos literários servem – e de maneira cada vez mais servil – aos valores estabelecidos, ao conformismo e ao academicismo, ou aos valores do mercado (Bourdieu, 1997: 65).

Assim como ao longo de todo o programa, o *Proteste* não foge à regra. A fala de Rafinha Bastos é permeada de humor. Obviamente, por se tratar de uma

seção mais voltada à cobertura jornalística de uma denúncia, o discurso do repórter carrega menos o tom irônico, embora sejam sensíveis as inserções do humorismo no curso do quadro. Além disso, os efeitos sonoros e, especialmente, os visuais não deixam de ilustrar as investidas jornalístico-humorísticas. É importante salientar que o fato norteia a atuação de Bastos, e não a piada. Esta sucede a apuração factual.

Outra característica marcante e que contribui para a identidade do quadro é a fórmula *povo-jornalismo-política*. Com uma exceção, em todas as demais nove edições estudadas é perceptível a mediação que Rafinha Bastos faz entre a insatisfação popular e as responsabilidades da classe política. É à mercê dessa dinâmica que as investidas do *Proteste já* acontecem.

Ao aliar matérias de interesse social com o humor, o *Custe o que custar* propõe, por intermédio de alguns quadros, uma inovação na maneira de fazer jornalismo. Abandona a fórmula idêntica aos telejornais e busca abordagens alternativas. Quando passa por assuntos costumeiros, é inserida a irreverência, que tira das reportagens o peso do sensacionalismo e da mesmice e injeta novidade, que pode se transformar no estopim da relevância social e da busca pela informação por parte do receptor.

Evidentemente, se analisarmos o programa como um todo, veremos que na maior parte do seu conteúdo prevalece o humor, e não o jornalismo, o que faz do CQC uma atração híbrida. A mescla e até a incidência mais aguda do jornalismo despontam no quadro *Proteste já*. Mesmo assim, é conveniente ressaltar que ao longo das dez edições analisadas foram feitas piadas questionáveis e o cômico foi explorado de forma indevida,

no sentido de diminuir a fonte a tal ponto que a sua contribuição para a totalidade da matéria ficasse comprometida. Isso é algo que pode ser visto ao longo do programa, especialmente quando a ocorrência de conteúdo não-jornalístico é maior.

O programa semanal da Bandeirantes, *CQC – Custe o que custar*, por meio do conteúdo do *Proteste já*, encontra-se na convergência entre as duas vertentes estudadas: jornalismo e humor. Nada mais natural, então, analisá-lo como forma de entender melhor como funciona o mecanismo de transmissão de informações sob a vertente humorística. É claro, sem perder de vista o que já fez história e mencionando os pontos fundamentais de cada frente (jornalismo e humor) de modo isolado.

Considerações finais

Partimos do princípio de que jornalismo e humor não são incompatíveis, se trabalhados juntos. Os elementos do humorismo podem ser inseridos para provocar, somente, o riso e dar ao leitor ou telespectador momentos de descontração, distração, divertimento e irreverência. Há e sempre houve produções que se prendessem a essa potencialidade do humor, sem transcender.

Entretanto, existem idealizações que buscam aliar o entretenimento à informação. Estas produzem no público o riso mais engajado. Mais do que propiciar ao indivíduo gracejos, as ideias que circundam tais conteúdos são generosas, e visam emitir os fatos com destaque. A incumbência de enfatizar o acontecimento fica sob a égide do humor e seus elementos mais atuantes: ironia, sátira, sarcasmo.

O estudo proposto neste trabalho teve

como intuito analisar o CQC e produzir um estudo de caso do quadro *Proteste já*, da TV Bandeirantes. Por entender que a respectiva seção atrela jornalismo e humor, este artigo se mostra relevante, até como forma de apresentar apontamentos que corroborem a ideia norteadora: a aliança entre informação e entretenimento é viável.

Nesse âmbito notamos que, mesmo aderindo a composições de personagens e ao estilo humorístico, ao atender uma demanda social, inteirar-se do fato, apurá-lo e almejar a variedade de fontes, ouvindo todos os envolvidos, Bastos compõe um material que diverte o público sem abandonar a crítica, a informação. Nesse caso, ao mesmo tempo em que o riso incentiva o entretenimento, desperta a partir da comicidade a visão mais crítica, e tem-se, pois, o tripé *fato (sociedade) – jornalismo (Proteste já) – política (representantes)*. Como já mencionado, quando o material do CQC sai do quadro analisado, é possível notar a queda na qualidade das investidas dos profissionais de campo, da informação e do próprio humor.

O jornalismo do quadro estudado não é igual ao desenvolvido nos telejornais tradicionais, mas trata-se de jornalismo sob outra abordagem, a do humor. Nesse sentido, o humorismo é tido como pano de fundo da informação, e não o inverso, posto que o fato e seus desdobramentos norteiam a atuação do jornalista. A piada enfeitada, serve de alegoria e adendo informativo ao enfoque.

Temos, então, a composição do jornalismo político sob a abordagem humorística, uma vez que o mediador (Rafinha Bastos) leva ao Poder Público (política) as contestações do povo, solicitando esclarecimentos sobre uma deficiência do meio social. Estando o indivíduo lesado, o jornalismo intervém, enquanto

instância cidadã, para levantar o debate acerca do interesse comum.

Bibliografia

- ALMEIDA, Eliana M. J. F. *A construção da comicidade e da sátira nas crônicas de Emílio de Menezes e José Simão*. São José do Rio Preto: Unesp, 2001.
- ARISTÓTELES. *Arte poética*. São Paulo: Martin Claret, 2007.
- BELTRÃO, Luiz. *Teoria e prática do jornalismo*. Adamantina: Omnia, 2006.
- BERGSON, Henri. *O riso: ensaio sobre a significação da comicidade*. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007.
- BOBBIO, Norberto. *Teoria geral da política: a filosofia política e as lições dos clássicos*. São Paulo: Campus, 2000.
- BOURDIEU, Pierre. *Sobre a televisão*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1997.
- BREMMER, Jan. *Piadas, comediógrafos e livros de piadas na cultura grega antiga*. In: BREMMER, Jan, ROODENBURG, Herman (org.). *Uma história cultural do humor*. Rio de Janeiro: Record, p.27-50, 2000.
- BUCCI, Eugênio. *Sobre ética e imprensa*. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.
- FISCHER, Desmond. *O direito de comunicar: expressão, informação e liberdade*. São Paulo: Brasiliense, 1984.
- FREUD, Sigmund. *Os chistes e a sua relação com o inconsciente*. Rio de Janeiro: Imago, 1996.
- GEIER, Manfred. *Do que riem as pessoas inteligentes?: uma pequena filosofia do humor*. São Paulo: Record, 2011.
- JOLLES, André. *Forma simples*. São Paulo: Cultrix, 1976.
- KUCINSKI, Bernardo. *Jornalistas e revolucionários: nos tempos da imprensa alternativa*. 2. ed. São Paulo: Edusp, 2003.
- LAGE, Nilson. *A reportagem: teoria e técnica de entrevista e pesquisa jornalística*. 7.ed. Rio de Janeiro: Record, 2008.
- LE GOFF, Jacques. *O riso na idade média*. In: BREMMER, Jan, ROODENBURG, Herman (org.). *Uma história cultural do humor*. Rio de Janeiro: Record, p.65-82, 2000.
- MAGALHÃES, José Antônio F. *Ciência política*. 3. ed. Brasília: Vestcon, 2003.
- MARTINS, Franklin. *Jornalismo político*. São Paulo: Contexto, 2005.
- MILLIET, Sérgio (org.). *Obras-primas do conto humorístico*. São Paulo: Martins, 1963.
- MOTTA, Luiz Gonzaga (org.) *Imprensa e poder*. São Paulo: Imprensa Oficial, 2002.
- MUECKE, D. C. *A ironia e o irônico*. São Paulo: Perspectiva, 1995.

PIRANDELLO, Luigi. *O Humorismo*. São Paulo: Experimento, 1996.

PLATÃO. *A República*. 2. ed. São Paulo: Escala, 2007.

ROSSI, Clóvis. *O que é jornalismo*. 10. ed. São Paulo: Brasiliense, 1994

SEABRA, Roberto. *Jornalismo político: história e processo*. In: SEABRA, Roberto, SOUSA, Vivaldo de (orgs.). *Jornalismo político: teoria, história e técnicas*. Rio de Janeiro: Record, p.109-140, 2006.

WEBER, Max. *Ciência e poder: duas vocações*. São Paulo: Martin Claret, 2006.